



A noção de acesso aberto e arquivo segundo o Arquivo Digital colaborativo do Livro do Desassossego e o Arquivo Digital da PO.EX – Poesia Experimental Portuguesa

The notion of open access according to the Collaborative Digital Archive of the Book of Disquiet and the Digital Archive of Portuguese Experimental Poetry

Daniela Maduro^(a)

^a Universidade de Coimbra – cortesmaduro@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre a política de acesso aberto em Portugal tendo como base dois arquivos digitais: o Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego (Arquivo LdoD) e o Arquivo Digital da Po.Ex – Poesia Experimental Portuguesa (Po-ex.net). Ambos os arquivos disponibilizam materiais em regime de acesso aberto, surgindo como ferramentas de investigação e recursos didáticos valiosos. Paralelamente, tanto o Arquivo LdoD como o Po-ex.net extrapolam o conceito tradicional de arquivo e apelam a um uso não-convencional do seu conteúdo. No caso destes arquivos, a política de acesso aberto não surge apenas relacionada com a livre difusão de conhecimento, mas também com uma reflexão sobre o modo como a informação é armazenada, editada, difundida e recebida. Partindo de alguns documentos fundacionais para o acesso aberto, será analisada a forma como o Arquivo LdoD e o arquivo Po-ex.net fazem uso da publicação em acesso aberto para incluir os leitores num processo de autorregeneração.

Palavras-chave: Humanidades Digitais. Acesso aberto. Arquivo digital. Poesia Experimental Portuguesa. Fernando Pessoa.

Abstract: This article aims to present a study on the open access policy in Portugal by analysing two digital archives: the Collaborative Digital Archive of the Book of Disquiet (LdoD Archive) and the Digital Archive of Portuguese Experimental Poetry (Po-ex.net). Both provide materials under

an open access regime, emerging as invaluable research tools and teaching resources. Simultaneously, both *LdoD Archive* and *Po-ex.net* extrapolate the traditional concept of archive, fostering unconventional approaches to its content. In the case of these archives, the open access policy is used not only in connection with free dissemination of knowledge, but also with a reflection on how we store, edit, disseminate, and receive information. Based on some open access movement's foundational documents, we will analyze how *LdoD Archive* and *Po-ex.net* make use of open access publishing to include readers in a self-regenerating process.

Keywords: Digital Humanities. Open Access. Digital Archive, Portuguese Experimental Poetry, Fernando Pessoa

Introdução

No início do século XX, a crescente quantidade de informação suscitou a necessidade de criar novas ferramentas que garantissem um arquivo eficiente de dados. O *memex* de Vannevar Bush, projetado no contexto da Segunda Guerra Mundial e, antes dele, o *Mundaneum*, de Paul Otlet, criado no final do século XIX, surgiram como possíveis soluções (ambos estão aliás na base da criação da World Wide Web). A partir da introdução do computador em meados do século XX, são criadas novas formas de preservar, organizar e aceder a dados que acabariam por promover a criação de sistemas informatizados de catalogação nas bibliotecas, mas também a construção de arquivos digitais. Na esperança de reunir todo o conhecimento criado pela humanidade (uma esperança que remonta às tábuas cuneiformes ou à Biblioteca de Alexandria), o computador começaria a ser usado para garantir um eficiente sistema de indexação. Assim que sistemas de captação e digitalização de imagem mais eficientes ficaram disponíveis, a partir dos anos 90, a tecnologia digital haveria de permitir manter uma cópia digital de obras que, dada a sua fragilidade física, corriam o risco de desaparecer.

Após a emergência da World Wide Web, e de uma maior capacidade de processamento de dados, tornar-se-ia possível usar a tecnologia digital para armazenar e partilhar documentos de diversa natureza, como por

exemplo vídeos, ficheiros áudio, bem como materiais localizados em diferentes pontos da rede. A estrutura rizomática das edições críticas publicadas em papel acabariam por descobrir um novo habitat no meio digital, começando a surgir edições digitais tais como a *Lyrical Ballads, an electronic scholarly edition*¹ (2003). Na altura em que esta edição foi publicada, o recurso ao meio digital ainda não estava estabelecido na academia, pelo que ainda existia uma certa resistência ao uso de ferramentas digitais na consulta e análise de obras literárias. A edição eletrónica das *Lyrical Ballads* era por isso apoiada pela Cambridge University Press, uma editora com uma longa tradição no mercado livreiro, garantindo assim aos seus leitores que esta edição criada por Bruce Graver e Ron Treteault era uma fonte legítima de informação. Os arquivos digitais aqui analisados são descendentes dessas primeiras experiências com as capacidades do meio digital, bem como de todo o processo milenar que envolve a humanidade numa luta contra o tempo para preservar os seus artefactos. Ambos se intitulam de arquivos, mas as suas funções vão mais além do tradicional trabalho de recolha, edição e catalogação de materiais inicialmente associado a este espaço de preservação e disseminação de conhecimento.

O acesso instantâneo à informação proporcionado pelo computador mudou para sempre a forma como pesquisamos e partilhamos dados, tornando a sua gestão e difusão em processos mais céleres e uniformizados. Dependentes da tecnologia digital, o *Arquivo LdoD* e o *Po-ex.net* são recursos ao alcance de todas as pessoas com acesso a um computador e Internet. Porém, ambos excedem a prática arquivística tradicional tal como acima descrita, tornando-se polos de experimentação artística e editorial. O presente artigo tem como objetivo verificar a forma

¹ Esta edição deixou de estar disponível quando o presente artigo era finalizado. A edição eletrónica de *The Sound and the Fury* de William Faulkner era criada em 2004. Ainda antes destas edições eletrónicas, começavam a ser construídos vários arquivos em meados dos anos noventa, como por exemplo, o *The Walt Whitman Archive*, o *William Blake Archive* (1996), o *The Rosseti Archive* (entre 1993 e 2008) e o *UbuWeb* (1996).

como o *Arquivo LdoD* e o arquivo *Po-ex.net* ampliam a noção de arquivo e de acesso aberto através de uma constante atividade de autorreflexão e, por conseguinte, autorrenovação. Começaremos por perceber como o movimento de acesso aberto surgiu e as suas principais linhas de orientação. Passaremos depois a analisar a forma como os dois arquivos em análise fazem uso da política de acesso aberto para garantirem a sua ampliação e reformulação.

A emergência da política de acesso aberto

Segundo Peter Suber, a ideia na base do acesso aberto é simples: “Make research literature available online without price barriers and without most permission barriers” (2012, p. 8). De facto, no site do Open Access Movement, é referido que uma publicação é de acesso aberto quando esta “não impõe barreiras financeiras, legais ou técnicas ao seu acesso” (Open Access, 2021). A investigação científica sempre dependeu de uma rápida e eficiente partilha de informação. Tal como o contexto da pandemia de covid-19 tornou evidente, para reagir a um problema de escala global, é primordial manter um canal aberto entre investigadores, canal este que permita uma comunicação clara, fluída e permanente. A política de *open access* pode agilizar esse intercâmbio, ultrapassando barreiras colocadas pela lógica de lucro, que mantêm o conhecimento cativo nas mãos de alguns grupos de interesse. Segundo Eloy Rodrigues, um dos promotores² do *open access movement* em Portugal, o acesso aberto retoma a “velha tradição de partilha” gerada pela troca de correspondência e pelas primeiras revistas científicas criadas no século XVII, surgindo em reação à

² Aqui podem ser conhecidas as entidades que se associaram à BOAI: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/sign/signatures/>. A BOAI publica relatórios sobre a evolução do movimento de acesso aberto. Aqui pode ser conhecido o relatório publicado quando a BOAI celebrava os seus 15 anos: <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?httpsredir=1&article=1077&context=scholcom>

comercialização e monopólio do conhecimento que teve lugar na segunda metade do século XX (Rodrigues, 2015, p. 209).

Pinfield, Wakeling, Bawden e Robinson referem que o acesso aberto surgiu durante a década de 80 do século passado (Pinfield *et al.*, 2020, p. 14), mas foi apenas quando, no contexto da “crise dos periódicos”, diversas bibliotecas deixaram de conseguir suportar os custos das assinaturas,³ que a ideia de abrir o conhecimento a todos começou a ganhar forma. Essa mesma ideia foi expressa no documento da Budapest Open Access Initiative (BOAI)⁴ publicado em 2002,⁵ o qual veio a sensibilizar a comunidade científica para as possibilidades do acesso aberto. Para Pinfield *et al.*, este texto teve três consequências fundamentais: estabeleceu a terminologia própria do “acesso aberto”, definiu as suas principais formas de implementação e resumiu os principais argumentos a favor de uma ciência aberta (Pinfield *et al.*, 2021, p. 14–15).

Porém, antes do texto publicado pela BOAI, já havia surgido um outro documento que ajudara a desenhar os princípios do acesso aberto. Em “Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry” (1990), Stevan Harnad afirmava que o papel das “redes eletrónicas de publicação científica” não se limitava à simples função de

³ A *Public Library of Science* escreveu uma carta aberta onde defendia o acesso sem restrições ao conhecimento: “beginning in September 2001, we will publish in, edit or review for, and personally subscribe to only those scholarly and scientific journals that have agreed to grant unrestricted free distribution rights to any and all original research reports that they have published, through PubMed Central and similar online public resources, within 6 months of their initial publication date”. Esta carta pode ser lida na plataforma de publicação PLOS, fundada pelos autores deste documento, Harold Varmus, Patrick Brown e Michael Eisen: <https://plos.org/open-letter/>.

⁴ Na altura, o sentimento geral era, de acordo com Jean-Claude Guéron, o seguinte: “the slowness of the editorial process, the high price of journals, and the failure to take advantage of the Internet were all cited as obstacles to the deployment of an optimal communication system for scholarly research” (Guéron, 2017, p. 1).

⁵ Peter Suber refere-se a três documentos que definem o movimento *open access* (segundo o mesmo autor, a “definição BBB”, 2012, p.7): “Budapest Open Access Initiative” (2002), “Bethesda Statement on Open Access Publishing” (criado em 2003, este documento estipula como deve ser implementado o *open access*, centrando-se na publicação de trabalhos científicos em revistas e incluindo as obras derivadas no seu programa) e o “Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities” (2003). Dado que esta última declaração inclui bibliotecas e repositórios no movimento de acesso aberto, a abordagem da mesma será remetida para a secção deste artigo destinada à análise da noção de arquivo difundida pelo *Arquivo LdoD* e pelo *Po-ex.net*.

pesquisa em arquivos de revistas científicas (Harnad, 1990, p. 342) e que a comunidade científica estava perante uma revolução comparável à invenção da imprensa (p. 342). Até então, os pesquisadores partilhavam as versões *preprint* entre si informalmente para depois serem apresentadas em conferências. No entanto, graças ao meio eletrónico, eles podiam agora efetuar uma partilha instantânea de conhecimento através de e-mails, um processo que Harnad intitulou de “*scholarly skywriting*” (p. 342) e que se assemelhava à atual prática de armazenar ou editar trabalhos conjuntamente em nuvem. Seguindo as linhas principais deste texto, a BOAI abriu caminho para a promoção de uma ciência aberta e construída coletivamente.

Em 2012, na celebração dos dez anos da BOAI, esta iniciativa reafirmava os princípios que estão na base da política de acesso aberto: “accelerate research, enrich education, share the learning of the rich with the poor and the poor with the rich (...) and lay the foundation for uniting humanity in a common intellectual conversation and quest for knowledge” (BOAI, 2012). Referindo-se à literatura revista por pares, esta organização continuava a defender o seguinte:

free availability on the public internet, permitting any users to read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of these articles, crawl them for indexing, pass them as data to software, or use them for any other lawful purpose, without financial, legal, or technical barriers other than those inseparable from gaining access to the internet itself. The only constraint on reproduction and distribution, and the only role for copyright in this domain, should be to give authors control over the integrity of their work and the right to be properly acknowledged and cited (BOAI, 2012).

No mesmo texto, a BOAI declarava que era seu objetivo tornar o acesso aberto no método *standard* de partilha de literatura revista por pares.⁶ A

⁶ Num inquérito a membros do movimento *open access*, cujos resultados foram publicados em 2017, a BOAI refere que os principais obstáculos colocados ao acesso aberto eram a falta de incentivo oferecido aos investigadores para publicarem os seus trabalhos em acesso aberto (56%), o poder das

sua principal forma de implementar o acesso aberto em publicações científicas seria o “autoarquivo”, que previa o depósito de artigos revistos por pares em arquivos eletrônicos abertos, bem como a criação de uma nova geração de “revistas de acesso aberto” que não cobrariam taxas de acesso ou subscrições (BOAI, 2002). Segundo Rodrigues, as atuais revistas de acesso aberto

não usam os direitos de autor (ou copyright) para restringir o uso e o acesso ao material que publicam, não cobram assinaturas nem taxas de acesso (à versão online) e recorrem a outras fontes (subsídios das instituições que as publicam, taxas de publicação ou Article Processing Charges – APC, pagamento da versão impressa, etc.) para cobrir as suas despesas (Rodrigues, 2015, p. 211).

Rodrigues também refere que, para além da publicação em revistas, existe a possibilidade de “autoarquivo” ou depósito pelos autores em repositórios institucionais. Estes começaram a surgir a partir dos finais de 2002⁷ e albergavam literatura publicada em revistas científicas, mas também teses, relatórios e artigos. Rodrigues refere igualmente que, em Portugal, “as primeiras iniciativas de acesso aberto foram protagonizadas pela Universidade do Minho com a criação do RepositóriUM em 2003 e a definição de uma política institucional de autoarquivo em 2004” (Rodrigues, 2015, p. 212). É aliás na Universidade do Minho que está sediada a COAR (Confederation of Open Access Repositories) em Portugal, responsável pela organização do evento anual Open Access Week.

Foi o projeto Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), criado em 2008, que, segundo Rodrigues, terá provocado “um

editoras e a resistência à mudança (42%), falta de financiamento para pagar as APCs cobradas para a publicação de textos em acesso aberto (36%), o receio que os jornais em acesso aberto não tenham qualidade (28%), as políticas e regulamentos institucionais (14%), falta de esclarecimento sobre o movimento *open access* (11%) e questões legais, como por exemplo, os direitos de autor (7%) (BOAI, 2017, p. 2).

⁷ Segundo Rodrigues, o primeiro repositório de acesso aberto foi o *arXiv*¹⁷ criado, em 1991, no Los Alamos National Laboratory (Rodrigues, 2015, p. 209).

rápido desenvolvimento do acesso aberto em Portugal, colocando o país numa posição destacada a nível internacional”⁸ (Rodrigues, 2015, p. 213). De acordo com o mesmo autor, em 2015, existiam “mais de duzentas políticas institucionais de acesso aberto, e quase uma centena de políticas de financiadores, registadas no *Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies* – ROARMAP¹⁴” (Rodrigues, 2015, p. 214).

Após estes primeiros passos, o movimento de acesso aberto começa a ganhar cada vez mais força e consegue o apoio de inúmeras instituições. Em 2015, a Comissão Europeia criava a *European Open Science Cloud* (EOSC) que permitia a pesquisadores de diferentes disciplinas e países armazenar, curar e partilhar dados obedecendo a quatro princípios: “Findable, Accessible, Interoperable and Reusable (FAIR)” (Mendez *et al.*, 2020). Criava igualmente a *Open Science Policy Platform*, órgão que aconselha a Comissão na implementação do acesso aberto garantindo que, no futuro, todas as publicações científicas revistas por pares fossem acedidas livremente. Em 2020, a Comissão Europeia, constatando que a transição para o acesso aberto permanecia lenta, declarava que pretendia ir além da *Open Science*. Para garantir uma uniformização deste processo entre os estados membros, a Comissão Europeia mencionava a criação de um “research system based on shared knowledge” que deverá ser implementado até 2030 (Mendez *et al.*, 2020).

Também a UNESCO aderiu a esta iniciativa, criando o portal Global Open Access (GOAP), onde incluía informação sobre a evolução do acesso aberto. Na sua última recomendação sobre a *Open Science*, a UNESCO reconhecia a importância da livre circulação de informação:

⁸ Assistiu-se igualmente à proliferação das chamadas “revistas predatórias” que “oferecem a possibilidade de publicar qualquer artigo a troco do pagamento de uma taxa de publicação, revelando padrões de qualidade e de revisão por pares muito baixos, ou mesmo completamente inexistentes” (Rodrigues, 2015, p. 213).

more open, transparent, collaborative and inclusive scientific practices, coupled with more accessible and verifiable scientific knowledge subject to scrutiny and critique, is a more efficient enterprise that improves the quality, reproducibility and impact of science, and thereby the reliability of the evidence needed for robust decision-making and policy and increased trust in science (UNESCO, 2021).

Em Portugal, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) defendia que “o conhecimento é de todos e para todos e que as políticas públicas neste domínio devem ser orientadas nesse sentido” (MCTES, 2016). O governo português, através do MCTES (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), elegia “a promoção do conhecimento para todos como pilar do seu programa”, adotando “uma política nacional de ciência aberta” (MCTES, 2016). O MCTES previa assim uma sociedade com “acesso livre e tendencialmente gratuito à produção científica, sobretudo à realizada através de financiamento público, observando os direitos da propriedade intelectual, segurança e proteção de dados” (MCTES, 2016).

A noção de acesso aberto de acordo com o Arquivo LdoD e o Po-ex.net

A BOAI está assim na base da implementação da política de acesso aberto⁹, tendo inspirado diversas instituições a promover a partilha de conhecimento sem restrições. Está igualmente na base de licenças tais como aquelas estipuladas pela *Creative Commons*. Este tipo de licenciamento é usado pelo *Arquivo LdoD* e, de acordo com este, todos os itens do *Arquivo LdoD* podem ser partilhados graças à licença “Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)”.¹⁰ Isto significa que o leitor “pode copiar e redistribuir o material em

⁹ Suber refere-se a diversas formas de acesso aberto, nomeadamente aos modelos *Gold* e *Green*: “The OA movement uses the term *gold* OA for OA delivered by journals, regardless of the journal's business model, and *green* OA for OA delivered by repositories” (2012, p. 53). Podem ainda ser encontradas as versões *libre* e *gratis* (2012, p. 65). Na seguinte página da OAPEN (Open Access Publishing in European Networks) é ainda possível encontrar as modalidades *Diamond*, *Hybrid*, *Bronze* e *Black*: <https://oabooks-toolkit.org/lifecycle/article/13868103-green-gold-diamond-different-models-for-open-access-books>.

¹⁰ Outros tipos de licença podem ser conhecidos aqui: <https://creativecommons.org/licenses/>.

qualquer formato, recombinar”, bem como “transformar e construir a partir deste material” (Creative Commons, 2021). Porém, em consonância com a BOAI, o utilizador tem de atribuir crédito aos seus autores e o material não pode ser usado para fins comerciais. Também não pode “aplicar medidas legais ou tecnológicas que impeçam outros de fazer algo que a licença permite” (Creative Commons, 2021). Este licenciamento não se aplica, no entanto, “às quatro edições dos peritos (Prado Coelho-1982; Sobral Cunha-2008; Zenith-2012; e Pizarro-2010)”, pois estas “apenas podem ser usadas dentro da infraestrutura *Arquivo LdoD*” e a “sua redistribuição ou republicação noutros termos, em quaisquer meios, requer o consentimento expresso por escrito dos editores ou seus representantes legais” (Portela; Rito Silva, 2017).

Lawrence Lessig defende que as diferentes barreiras construídas entre o autor e o leitor não são desenhadas a favor dos autores, mas para defender os interesses das editoras: “This is not a protectionism to protect artists. It is instead a protectionism to protect certain forms of business” (2004, p. 8). Partindo desta convicção, o movimento de acesso aberto centra-se na proteção do autor, mas também na possibilidade de utilizar a sua obra para gerar conhecimento. O conteúdo e infraestrutura do *Arquivo LdoD* está protegido pela lei de copyright, mas o código do *Arquivo LdoD* pode ser partilhado de acordo com a licença “FreeBSD”.¹¹ Estas medidas têm a finalidade de proteger o trabalho de edição desenvolvido pelos quatro peritos, ao mesmo tempo que confere toda a liberdade ao leitor para recombinar, transformar e construir, tal como definido pela *Creative Commons*, a partir dos materiais disponibilizados. A política de acesso aberto é assim usada para promover, não só a leitura da obra pessoana, mas também a criação artística, a prática editorial, a

¹¹ Consultar: https://en.wikipedia.org/wiki/BSD_licenses.

análise textual e uma reflexão teórica sobre o conceito de autoria e o processo de leitura em meio digital.

O *Arquivo LdoD* permite combinar os diferentes fragmentos do *Livro do Desassossego*, gerando reformulações da sua estrutura e, como consequência, possibilitando novas perspectivas sobre esta obra. Lessig refere-se à prática de *remix* como sendo um método de aprendizagem baseada em interesses pessoais (2008, p. 80), mas também como uma forma de participação na cultura (2008, p. 82). O mesmo autor sublinha que esta prática não é nova e que já existia antes da chegada da tecnologia digital. Porém, era demasiado dispendiosa e, por isso mesmo, tinha apenas uma expressão residual. Graças aos recursos informáticos colocados ao dispor da comunidade foi possível assistir à sua generalização:

Yet though this remix is not new, for most of our history it was silenced. Not by a censor, or by evil capitalists, or even by good capitalists. It was silenced because the economics of speaking in this different way made this speaking impossible, at least for most. If in 1968 you wanted to capture the latest Walter Cronkite news program and remix it with the Beatles, and then share it with your ten thousand best friends, what blocked you was not the law. What blocked you was that the production costs alone would have been in the tens of thousands of dollars. Digital technologies have now removed that economic censor. The ways and reach of speech are now greater. More people can use a wider set of tools to express ideas and emotions differently. More can, and so more will, at least until the law effectively blocks it (Lessig, 2008, p. 83).

O *Arquivo Digital da PO.EX* (doravante intitulado *Po-ex.net*) resulta de dois projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela União Europeia: o “CD-ROM da PO.EX: Poesia Experimental Portuguesa, Cadernos e Catálogos” (2005–2008) e o “PO.EX’70-80: Arquivo Digital da Literatura Experimental Portuguesa” (2010–2013). Apresentando-se como um arquivo intermedial e de acesso livre, o *Po-ex.net* reúne a obra de dezassete autores da Poesia Experimental Portuguesa, ao qual se juntaram autores de literatura experimental convidados a incluir o seu

trabalho neste arquivo.¹² Acolhe igualmente resultados de investigação partilhados pelos seus colaboradores ou por investigadores cujo trabalho surge, de alguma forma, ligado à Poesia Experimental Portuguesa. Como tal, o *Po-ex.net*, disponibiliza informação gerida por diferentes entidades e publicada em diferentes plataformas digitais e formatos.

Este arquivo digital é parceiro do Consortium on Electronic Literature (CELL),¹³ uma plataforma gerida pela Electronic Literature Organization que agrega várias instituições (arquivos, repositórios, diretórios) dedicadas ao estudo, edição e preservação de literatura eletrónica. Dada a rápida obsolescência tecnológica, existem muitas obras digitais que correm o risco de desaparecer, pelo que estas instituições desenvolvem um importante trabalho de documentação e conservação. O CELL apresenta-se como uma plataforma que possibilita o cruzamento de dados armazenados nas diferentes bases de dados dessas instituições, permitindo assim uma pesquisa eficiente e fomentando um trabalho colaborativo transnacional. Também o conteúdo do CELL é disponibilizado sob a licença Creative Commons (Attribution-ShareAlike).

A última versão desta licença permite o seguinte: “The Creative Commons Attribution Share-Alike license allows re-distribution and re-use of a licensed work on the conditions that the creator is appropriately credited and that any derivative work is made available under ‘the same, similar or a compatible license’”¹⁴ Sendo assim, em conjunto com os seus parceiros, este consórcio promove uma partilha aberta e estruturada de conhecimento. Esta parceria com o CELL é aliás uma representação bastante fiel do trabalho colaborativo promovido dentro das humanidades digitais, as quais, como frisaremos na próxima secção deste artigo,

¹² No momento em que este artigo era finalizado, o *Po-ex.net* acolhia o trabalho de 18 artistas e quatro grupos para além daqueles que constituíram o corpus original do *Po-ex.net*.

¹³ Para conhecer mais acerca deste projeto, visitar: <https://cellproject.net/>.

¹⁴ Esta informação pode ser consultada aqui: <https://opendefinition.org/licenses/cc-by-sa/>.

dependem da cooperação entre entidades para uniformizar e alargar o acesso a largas quantidades de dados.

Visto que reúne informação associada a diferentes autores, o *Po-ex.net* foi desenvolvido tendo em vista a salvaguarda de direitos autorais. Em consonância com a BOAI, a proteção desses direitos é também uma preocupação central deste arquivo de acesso aberto. Sendo assim, na secção reservada aos direitos dos autores representados neste arquivo, é salientado o seguinte:

Os documentos disponíveis neste Arquivo Digital [textos, imagens, sons, vídeos, software] são representações digitais de obras com autores e nós fizemos por garantir que esses autores são sempre devidamente identificados. Embora os autores das obras aqui representadas, ou seus representantes legais, tenham autorizado a respectiva reprodução/apresentação, eles são os únicos detentores legais dos direitos dessas obras. A utilização de obras aqui reproduzidas implica, por isso, e sempre, uma autorização explícita concedida pelos autores. Embora possamos, em alguns casos, ajudar e facilitar esse contacto, não assumimos responsabilidade por publicações não autorizadas (Torres, 2013).

De facto, em 2016, no contexto da *Shapeshifting texts: an exhibition about electronic and experimental literature*,¹⁵ recorri ao *Po-Ex.net* com o intuito de solicitar a autorização do poeta E. M. de Melo e Castro para incluir a obra *Signagens* (1985–1989) nesta exposição. Através do coordenador deste arquivo, Rui Torres, fui colocada em contacto com E. M. de Melo e Castro, o qual veio a autorizar a exibição desta obra na *Alphanumeric surfaces*. O trabalho desenvolvido pelo *Po-ex.net* está aliás na base de diversos trabalhos de investigação, pois, sem o trabalho de recolha, reprodução e difusão de originais (alguns destes exemplares

¹⁵ A versão virtual desta exposição, que surge também como um arquivo da documentação sobre a mesma e sobre as obras nela exibida, pode ser visitada em: <https://exhibitionsapeshiftingtexts.wordpress.com/>. A obra *Signagens*, armazenada no *Po-ex.net*, pode ser consultada em: <https://po-ex.net/taxonomia/materialidades/videograficas/e-m-de-melo-castro-signagens/>.

únicos ou de edição limitada) efetuado por Rui Torres e pela sua equipa, seria difícil, se não mesmo impossível, continuar a desenvolver uma perspetiva crítica sobre a Poesia Experimental Portuguesa, bem como seguir o rasto da literatura experimental criada em Portugal desde a década de 60 até aos nossos dias.

A noção de arquivo segundo o *Arquivo LdoD* e o *Po-ex.net*

O arquivo tem sido descrito como um “conjunto ordenado de documentos”, bem como um “depósito” ou “lugar”¹⁶ que acolhe documentos originais ou estabilizados e, por este motivo, a sua idoneidade é apresentada como indiscutível. No seu sentido tradicional, o arquivo, protegido do alcance do público, é visto frequentemente como uma massa ordenada de documentos cristalizados no tempo. Na medida em que pode surgir ligado a alguma entidade governamental, este é frequentemente considerado como representante (e promotor) de uma interpretação oficial ou legitimada da história. Porém, a noção de arquivo como um espaço fechado sobre si mesmo, que permanece voltado para o passado, e por isso, intocado pela passagem do tempo e pelas mudanças que ocorrem para além espaço em que se encontra circunscrito, tem vindo a ser radicalmente alterada (não só, mas também)¹⁷ pelas tecnologias digitais.

Ainda que parte da população mundial continue a não beneficiar destas ferramentas,¹⁸ hoje é possível ter acesso a um livro em segundos, bem como transportar uma biblioteca inteira nos nossos dispositivos móveis. Tal como os arquivos aqui analisados deixam transparecer, o conteúdo de um arquivo pode ser descontextualizado, ampliado e reformulado

¹⁶ Consultar: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/arquivo>.

¹⁷ Jacques Derrida, por exemplo, associou o arquivo ao autoritarismo, desmantelando a sua imagem como representante de uma memória coletiva (Derrida, 1995, p. 26).

¹⁸ A ONU refere que, no período inicial da pandemia covid-19, metade dos alunos em todo o mundo não teve acesso a um computador em casa (ONU, 2020). Em Portugal, quase um terço dos alunos do ensino básico não tem computador (Kotowicz, 2020).

criativamente. A política de acesso aberto depende fortemente desta ideia de produção e difusão de conhecimento colaborativas. Como vimos, esta começou a ser difundida junto de publicações científicas revistas por pares. Contudo, este movimento cedo alcançou os arquivos, museus e bibliotecas.¹⁹ Em 2003, é publicada a “Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities” que estende o acesso aberto ao património cultural, apelando aos “decisores políticos ligados à investigação científica, a instituições de investigação, agências de financiamento, bibliotecas, arquivos e museus” para aderirem a este movimento (Max Planck Society, 2003).

Na declaração de Berlim, o papel da internet é descrito da seguinte forma: “For the first time ever, the Internet now offers the chance to constitute a global and interactive representation of human knowledge, including cultural heritage and the guarantee of worldwide access” (Max Planck Society, 2003). Nesta declaração, as publicações em acesso aberto podem referir-se a “resultados científicos originais, dados em bruto ou metadados, materiais originais, representações de materiais pictóricos e gráficos, e materiais académicos multimédia” (Max Planck Society, 2003). Segundo a declaração de Berlim, para serem considerados como contribuições de acesso aberto “os autores ou os detentores dos direitos devem conceder acesso livre, irrevogável e mundial a todos os utilizadores” (Max Planck Society, 2003). Devem também permitir a “cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição da obra publicamente, bem como autorizar a distribuição, em qualquer

¹⁹ De certa forma, a Google parece ter visto nesta abertura uma oportunidade para conseguir expandir a sua influência. Segundo a Authors Guild, em 2004, a Google anunciou que começaria a digitalizar milhões de livros incluídos nas principais bibliotecas para criar uma plataforma de pesquisa online. Porém, para a Authors Guild, o verdadeiro objetivo da Google seria criar uma biblioteca digital megalómana e dominar o mercado de motores de busca, “usando os livros para atrair os leitores ao seu site” e assim beneficiar dos lucros de publicidade. Algumas bibliotecas, que de outra forma não conseguiriam digitalizar as suas coleções por causa dos direitos de autor, aceitaram colaborar com a Google (Author’s Guild, 2021). A Google ofereceu digitalizações a bibliotecas como pagamento pela sua colaboração (Author’s Guild, 2021). No sentido de proteger estes mesmos direitos, a Authors Guild e alguns autores processaram a Google em 2005.

medium e para qualquer fim, de obras derivadas, desde que seja identificada a autoria” (Max Planck Society, 2003).

Como que respondendo à divulgação da “Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities”, é também na primeira década do século XXI que importantes arquivos digitais começam a ser construídos em Portugal. Na página da DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas), é possível encontrar uma lista de hiperligações que remetem para diversos arquivos implementados em Portugal desde então.²⁰ Segundo a DGLAB, os “arquivos são uma inesgotável e insubstituível fonte de informação para descobrirmos o passado, compreendermos o presente e anteciparmos o futuro” (DGLAB, 2021). No âmbito deste projeto de conservação da memória e análise do presente, é possível ter acesso, a partir do nosso computador, a alguns dos “Tesouros da Torre do Tombo” através do DigitArq: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, criado em 2008.

Entretanto, outros tipos de arquivos, mais especificamente ligados à literatura, começam a surgir em Portugal. Para além dos já referidos *Arquivo Digital PO.EX* e *Arquivo LdoD*, é criado, em 2008, o *Arquivo Pessoa: obra édita* (Instituto de Estudos sobre o Modernismo, Universidade Nova de Lisboa) e, em 2013, o *Arquivo do Romancero em Português* (Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve), para mencionar apenas alguns arquivos digitais portugueses focados na área da literatura.²¹ O *Arquivo LdoD*, cuja construção começa em 2010, é fruto do projeto de investigação “Nenhum Problema Tem Solução: Um Arquivo Digital do Livro do Desassossego” (PTDC/CLE-LLI/118713/2010) do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. Sobre o arquivo que projetou e

²⁰ Esta lista pode ser consultada aqui: <https://arquivos.dglab.gov.pt/>. Segundo a DGLAB, os “conteúdos dos arquivos da rede DGLAB estão publicados ao abrigo da licença Creative Commons — Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Internacional — CC BY-SA 4.0”.

²¹ Estes arquivos podem ser consultados em <http://arquivopessoa.net/> e <https://arquivo.romancero.pt/>, respetivamente.

implementou juntamente com António Rito Silva, Manuel Portela referiu o seguinte: “Arquivo foi a palavra que usámos no início, mas é mais um simulador, um ambiente dinâmico em que se pode não apenas ler o texto de Pessoa, mas brincar, mexer, recombina” (Queirós, 2017).

De facto, o *Arquivo LdoD* segue o exemplo do conjunto de fragmentos recombináveis criados por Fernando Pessoa. O *Livro do Desassossego* é um livro que não foi finalizado pelas mãos do seu autor e que foi apresentado ao público, a partir dos anos 80, através das mãos de Jacinto do Prado Coelho, Teresa Sobral Cunha, Richard Zenith e Jerónimo Pizarro.²² Sendo assim, o *Livro do Desassossego* apresentou-se como um conjunto “de várias interpretações do que poderia ter sido” (Maduro, 2015, p. 491).

Embora apresente os fac-símiles dos fragmentos deixados por Fernando Pessoa, bem como as quatro edições acima mencionadas, o *Arquivo LdoD* rompe com a noção de arquivo como um recetáculo organizado e estático de documentos e prefere antes apresentar-se como uma “reconceptualização editorial do *Livro do Desassossego*” que se afasta “do paradigma da edição impressa — geralmente centrada na produção de uma nova versão do texto capaz de transcender as anteriores” (Portela; Rito Silva, 2015, p. 34). Em contraste, Portela e Rito Silva situam o *Arquivo LdoD* num “plano metaeditorial cujo objetivo é representar e simular a dinâmica através da qual uma obra vai tomando múltiplas formas, seja na sua génese autoral, seja na sua socialização editorial” (Portela; Rito Silva, 2015, p. 34).

Para Portela e Rito Silva, é na “recriação de formas editoriais passadas” e na “criação de formas editoriais futuras” que reside “o aspeto mais original e inovador” do *Arquivo LdoD* (Portela; Rito Silva, 2015, p. 34). Esta reflexão

²² Em 2015, surgiu a edição de Teresa Rita Lopes intitulada *Livro(s) do Desassossego*. Essa edição “integra trinta e cinco textos do Barão de Teive, além dos de Vicente Guedes e Bernardo Soares” (Portela; Rito Silva, 2017). Não foi possível incluir essa edição no *Arquivo LdoD* “porque todo o trabalho de codificação estava concluído nessa data e não dispúnhamos dos recursos adicionais necessários para recodificar os ficheiros” (Portela; Rito Silva, 2017).

sobre o processo de edição, mas também sobre o processo de documentação e de leitura, estende-se a todo o arquivo. O sítio web do *Arquivo LdoD* é constituído por seis secções. A secção “Leitura” permite ao utilizador ler o arquivo de diferentes formas. Partindo da noção que a leitura, tal como o *Livro do Desassossego*, é um processo fragmentado durante o qual o leitor emerge do/ imerge no livro, o *Arquivo LdoD* sugere diferentes tipos de abordagem. O leitor pode ler os fragmentos através de sequências de leitura e pode recorrer a várias técnicas de visualização de informação tais como nuvens de palavras, gráficos, cronologias e mapas personalizados (algumas destas ferramentas ainda estavam em construção à data de escrita deste artigo). O leitor pode ainda explorar os fragmentos pela ordem seguida pela edição selecionada (o *Arquivo LdoD* permite a escolha entre quatro edições do *Livro do Desassossego*) ou seguindo a data dos fragmentos, bem como ler o *Livro do Desassossego* através de citações extraídas do Twitter (agora intitulado X).

Na secção “Documentos”, é ainda possível encontrar uma lista de testemunhos (os fragmentos numerados de acordo com a BNP) e os fragmentos codificados. No separador “Edições” o leitor tem acesso às quatro edições dos peritos e a edições virtuais construídas no contexto do projeto ou do Doutoramento em Materialidades da Literatura. Esta secção permite ainda a visualização dos fragmentos e uma comparação com (e entre) as várias transcrições. O separador “Pesquisa” proporciona um espaço onde o leitor pode definir a sua pesquisa do arquivo. O separador “Virtual” permite aos leitores criar as suas próprias edições, bem como construir uma taxonomia participando no “Jogo da Classificação”. Um último separador (“Escrita”), ainda em desenvolvimento, possibilitará a “escrita de variações a partir dos fragmentos” (Portela; Rito Silva 2017).

Segundo os seus implementadores, o *Arquivo LdoD* tem como objetivo “[e]xplorar um conjunto de ferramentas de software e de tecnologias informáticas para repensar as práticas textuais herdadas da cultura impressa, incluindo práticas de crítica textual e edição crítica, e práticas de leitura e análise de texto” (Portela; Rito Silva 2017). Pretende ainda “[d]esenvolver um ambiente textual virtual que funcione em múltiplos níveis em simultâneo, incluindo leitura de lazer, estudo e análise, investigação avançada e criação literária” (Portela; Rito Silva, 2017). Sendo assim, este arquivo não armazena apenas os fragmentos do *Livro do Desassossego* e as interpretações dos diferentes editores que se propuseram a resolver este complexo puzzle.²³ Este arquivo recorre às tecnologias digitais e ao acesso aberto para incluir o leitor numa reflexão sobre o meio digital e sobre a forma como armazenamos e acedemos à informação.

O facto de o *Arquivo LdoD* disponibilizar todas as edições criadas até 2015 combinando-as com a atribuição de uma lógica unitária a cada um dos fragmentos que compõem o *Livro do Desassossego* permite ao utilizador comparar as diferentes versões, democratizando o acesso a este livro e expandido as interpretações do mesmo e da obra de Fernando Pessoa. Este arquivo inclui igualmente o utilizador no processo de edição do livro e do próprio arquivo, contribuindo para a sua recombinação e, conseqüentemente, para a sua renovação. O *Arquivo LdoD* é assim um processo que se alimenta a si próprio, rejeitando a ideia de um *Ur-Livro do Desassossego* (Maduro, 2015, p. 492) e fazendo uso da “flexibilidade específica do meio digital para desenvolver um modelo dinâmico de arquivo de edição que torne apreensível e representável a historicidade e processualidade das relações entre fragmentos, textos, livros e leitores” (Portela; Rito Silva, 2015, p. 39). As ferramentas sugeridas por Portela e Rito Silva acima citadas permitem cruzar dados,

²³ João Gaspar Simões referiu-se ao *Livro do Desassossego* como um “puzzle literário” (Simões, 1983, p. 130–131).

encontrar ocorrências, visualizar e participar na edição desta obra que, por si só, era já multilinear e virtual (no sentido de “potencial”).

O meio digital coloca ao dispor do investigador novos recursos para desenvolver uma análise do texto e, por este motivo, gera novas perguntas e novos rumos de investigação. Neste sentido, podemos considerar que o *Arquivo LdoD* surge como uma representação da investigação desenvolvida na área das humanidades digitais, pois a consulta deste arquivo implica o uso de métodos, como por exemplo a *distant reading*, para garantir a análise de grandes quantidades de dados. Implica também um processo colaborativo de partilha e geração de conhecimento. Portela refere que o *Arquivo LdoD* “oferece um conjunto de funcionalidades de colaboração e produção textual semelhantes às que definem as práticas comunicativas na web 2.0” (Portela, 2015: 249). Em contraste com a Web 1.0, mais fechada e individualista, a Web 2.0²⁴ surge associada com a cultura participatória e inteligência coletiva. Está igualmente relacionada com a comunicação e partilha de conhecimento através das redes sociais (tal como referido acima, o *Arquivo LdoD* recorre ao *Twitter*, agora intitulada X, como método de citação).

Fazendo uso da política de acesso aberto, ambos os arquivos aqui analisados promovem este uso subversivo do seu conteúdo, apelando à sua apropriação e (re)construção coletiva, e desafiando o conceito de arquivo como um espaço circunscrito e ordenado, que se apresenta ao seu visitante como imperturbável. Ao proporcionarem fac-símiles de obras e ferramentas para estudos quantitativos, mas também recursos para a

²⁴ Segundo Greg Singh, a Web 2.0 pode ser descrita da seguinte forma: “read/write version of the Web whose user-friendly interfaces and opportunities for creativity and creative entrepreneurship echo earlier moments of DIY ethos in popular culture (...) Antecedents for the popular practices found in Web 2.0 arguably include punk subculture, with its fiercely independent and anti-establishment principles” (Singh, 2019: 1).

recombinação do seu conteúdo, tanto o *Arquivo LdoD* como o *Arquivo Digital da PO.EX* desafiam a noção de arquivo e de edição crítica.

Assinalam também uma mudança fundamental na área das humanidades digitais. Associadas, numa primeira fase, à digitalização e análise de textos, as humanidades digitais começaram por ter o nome “computing in the humanities” ou “humanities computing”²⁵. O “The Digital Humanities Manifesto 2.0” (2009), criado por Jeffrey Schnapp, Peter Lunenfeld e Todd Presner, entre outros colaboradores,²⁶ refere que a primeira vaga de humanidades digitais, que teve lugar nos anos 90 era quantitativa (Presner *et al.*, 2009, p.2). No entanto, a segunda vaga das humanidades digitais (Digital Humanities 2.0), iniciada na primeira década do século XXI, embora não rejeitando essa primeira abordagem, era fundamentalmente “qualitativa, interpretativa, experiencial, emotiva, gerativa” e colocava as ferramentas digitais ao serviço das humanidades e das suas “principais qualidades metodológicas” tais como a “atenção à complexidade, especificidade do meio, contexto histórico, análise detalhada, crítica e interpretação” (Presner *et al.*, 2009, p. 2).

Esta vaga também traria consigo novos paradigmas: a convergência entre áreas de investigação, hibridez de metodologias e novos formatos de publicação. De acordo com o “The Digital Humanities Manifesto 2.0”, as humanidades digitais promovem o acesso aberto ao conhecimento,

²⁵ Livros como *A Companion to Digital Humanities* (2004), editado por Susan Schreibman, Ray Siemens e John Unsworth, ajudariam a construir o campo de estudo das Humanidades Digitais tal como o conhecemos.

²⁶ Sobre a coautoria deste manifesto foi publicada a seguinte informação no blog pessoal de Todd Presner: “Parts of the manifesto were written by Jeffrey Schnapp, Peter Lunenfeld, and myself [Presner], while other parts were written (and critiqued) by commenters on the *Commentpress* blog and still other parts of the manifesto were written by authors who participated in the seminars. This document has the hand and words of about 100 people in it”. Consultar o seguinte link: <https://sites.northwestern.edu/nudhl/?paged=4>. Na página da Harvard University, foram publicados os seguintes dados: “A collaborative document produced by the Mellon Seminar on the Digital Humanities UCLA 2008-2009 (principal authors Jeffrey Schnapp and Todd Presner, with contributions by other seminar members including Johanna Drucker and Peter Lunenfeld). Italian translation prepublished in *Duellanti* Oct. and Nov. 2009; viral dissemination via the www”. Consultar o seguinte link: <https://jeffreyschnapp.rll-faculty.fas.harvard.edu/publications/digital-humanities-manifesto>.

defendendo uma cultura de partilha, não só entre cientistas e autores, mas também entre instituições:

Digital Humanities have a utopian core shaped by its genealogical descent from the counterculture-cyberculture intermingling of the 60s and 70s. This is why it affirms the value of the open, the infinite, the expansive, the university/museum/archive/library without walls, the democratization of culture and scholarship, even as it affirms the value of large-scale statistically grounded methods (such as cultural analytics) that collapse the boundaries between the humanities and the social and natural sciences. This is also why it believes that copyright and IP standards must be freed from the stranglehold of Capital, including the capital possessed by heirs who live parasitically off of the achievements of their deceased predecessors (Presner *et al.*, 2009, p. 3).

Apesar de defender uma livre circulação do conhecimento, o manifesto em defesa das humanidades digitais acima citado defende igualmente o direito de o autor decidir em que condições deve disseminar a sua obra²⁷. Suber refere que os três documentos fundamentais que estão na base do movimento de acesso aberto insistem todos no mesmo ponto: “uma obrigação de atribuir o trabalho ao seu autor” (Suber, 2012, p. 8). No entanto, esse mesmo direito não deve impedir a liberdade de “reformulação, crítica e uso para educação e investigação” (Presner *et al.*, 2009, p. 4). Segundo este manifesto, as humanidades digitais implicam colaboração, co-criação, transdisciplinaridade, multimedialidade e produção de conhecimento dentro e fora da academia. A Wikipedia é sugerida como um exemplo dessa “autoria global e multilingue” e de uma atividade editorial colaborativa (Presner *et al.*, 2009, p. 6).

²⁷ No contexto português, o *Código dos direitos de autor e dos direitos conexos* refere que “o direito de autor abrange direitos de carácter patrimonial e direitos de natureza pessoal, denominados direitos morais” e que apenas o autor tem o direito de “dispor da sua obra e de fruí-la e utilizá-la, ou autorizar a sua fruição ou utilização por terceiro, total ou parcialmente”. O mesmo código refere que “Independentemente dos direitos patrimoniais, e mesmo depois da transmissão ou extinção destes, o autor goza de direitos morais sobre a sua obra, designadamente o direito de reivindicar a respectiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade” (Ministério Público, 2022, p. 13).

De acordo com o mesmo manifesto, as humanidades digitais também estão ligadas a uma reformulação da prática académica, onde a curadoria tem um papel fundamental. Para Presner e para as pessoas que construíram o “The Digital Humanities Manifesto 2.0”, o académico é um curador e o curador um académico. Por seu turno, o museu é transformado num laboratório onde diversos tipos de objetos são analisados. Sendo assim, o conhecimento assume diversas formas, motivando uma colaboração entre investigadores associados a várias disciplinas: “words, sounds, smells, maps, diagrams, installations, environments, data repositories, tables, and objects. Physical fabrication, digital design, the styling of elegant, effective prose; the juxtaposing of images; the montage of movements; the orchestration of sound” (Presner *et al.*, 2009, p. 7). Já o arquivo torna-se um “lugar de ensino e aprendizagem prática” (Presner *et al.*, 2009, p. 9) pautado por uma produção de conhecimento desenvolvida a várias mãos. Em sintonia com estas descrições do museu e do arquivo, os arquivos aqui descritos apresentam-se como um laboratório onde são desenvolvidas experiências colaborativas e multimedias (bem como multidisciplinares) de preservação, geração e difusão de conhecimento.

O *Arquivo Digital da PO.EX* abarca os seguinte géneros: “Antecedentes”, isto é, pioneiros e precursores ligados ao trabalho da Po.Ex; Eletrografia e *copy art*; Ficção experimental; Performance; Poesia Concreta; Poesia Digital; Poesia Espacial; Poesia Sonora; Poesia Visual e Videopoesia. Segundo Torres, Portela e Sequeira, “O *Arquivo Digital da PO.EX* tem como objetivo criar uma representação digital de um *corpus* alargado de obras literárias intermédia produzidas por autores portugueses desde os anos 60” (Torres *et al.*, 2014, p. 42). A sua taxonomia está, por essa razão, dividida em duas grandes categorias: Materialidades (Performativas, Planográficas, Digitais, Tridimensionais, Fonográficas, Videográficas) que se referem às “características materiais dos objetos,

eventos e tecnologias de inscrição” (Torres *et al.*, 2014, p. 45) e Transtextualidades (Metatextualidades Autógrafas, Metatextualidades Alógrafas, Paratextualidades e Hipertextualidades) que consistem em “textos acerca de obras e práticas artísticas” (Torres *et al.*, 2014, p. 49). Segundo Torres e Seça, estes dois itinerários têm em conta “as valências de reorganização do arquivo enquanto organismo vivo” (Torres; Seça, 2016, p. 13).

A estruturação do arquivo em diferentes práticas artísticas, que por sua vez invocam diferentes recursos semióticos, evidencia o carácter hipermédia e multimodal deste arquivo. O *Po-ex.net* apresenta materiais de diversa natureza, tirando partido do ambiente digital para apresentar obras que recorrem ao som, à ilustração, à palavra impressa ou manuscrita e à imagem em movimento para chegarem ao leitor/ espectador/ ouvinte. De acordo com Torres *et al.*, a taxonomia deste arquivo digital permite o seguinte:

First of all, it allows us to create an open model that can be used by other collections of experimental literature (for example, Brazilian Concrete Methodological Rationale for the Taxonomy of the PO.EX Digital Archive 53 Poetry, Spanish Digital Poetry, Portuguese Artists' Books, German Sound Poetry, etc.). Secondly, it promotes interoperability between similar databases²⁸, allowing for future integration and synchronization, in tune with the necessary convergence of information and collective research in digital humanities fields. Finally, it guarantees a structured database whose items can be easily accessed and retrieved through different types of interfaces for several purposes... (Torres *et al.*, 2014, p. 52-53).

²⁸ O presente arquivo usa o esquema de metadados Dublin Core (DC) para garantir uma sincronização com outros arquivos: “The Dublin Core metadata schema aims to describe digital objects which are similar to those included in the Digital Archive of Portuguese Experimental Poetry. Its adoption is meant to ensure the interoperability standards required by CELL, and to contribute to the construction of a specialized vocabulary which facilitates both the description of items and the search for information” (Torres *et al.*, 2014, p. 51).

Para além das inúmeras exposições a que surge ligado, o *Arquivo Po-Ex.net* também promove outras atividades de dinamização do seu conteúdo (ou da sua base de dados). Entre janeiro e maio de 2015, por exemplo, foram organizadas diversas atividades reunidas sob o tema “Arquivo Vivo é Anarquivo!”. Na sinopse desta iniciativa (escrita pelo coordenador do *Arquivo LdoD*, Manuel Portela), é explicado que alguns materiais extraídos do *Po-Ex.net* “foram objeto de remistura, colagem audiovisual e programação, de acordo com cinco dimensões diferenciáveis das poéticas do texto: «texto-imagem», «texto-texto», «texto-som», «texto-espço» e «texto-código»” (Portela, 2016).

Nas palavras de Portela, esta “recodificação do arquivo analógico sob a forma de código digital permite descrever” o *Po-Ex.net* como um “espaço de conhecimento da poética experimental” e como um “espaço de invenção de uma poética do arquivo, através da qual escrita, imagem e código possam continuar a ser experimentalmente investigados” (Portela, 2016). De facto, segundo Torres *et al.*, a base de dados do *Arquivo Digital da PO.EX*, porque garante um acesso permanente e estruturado ao seu conteúdo, pode ser utilizada para curar exposições virtuais ou para trabalhar em ambientes colaborativos virtuais (por exemplo, no *OpenSimulator*); pode também ser usada em diferentes contextos pedagógicos; o seu conteúdo pode ainda ser explorado através de ferramentas de visualização; permite igualmente apropriar e recombinar o arquivo, criando, por exemplo, colagens ou paródias do seu conteúdo (Torres *et al.*, 2014, p. 53–55).

O facto de o *Po-ex.net* incluir o trabalho de novos artistas, traduz-se igualmente numa forma de revitalizar o arquivo e garantir a sua ampliação, bem como torna expressa uma continuidade entre as práticas experimentais dos anos 1960/1970 e as atuais. Tal como o *Arquivo LdoD*, o arquivo *Po-Ex.net* é um espaço não só de preservação e catalogação,

mas de experimentação e (re)criação artística. Ainda que os direitos de autor sejam preservados, conforme aconselhado pela BOAI, a noção de autoria é reconceptualizada, sendo o conteúdo destes arquivos criativamente apropriado para ser depositado, novamente, nas mãos do leitor, espectador ou ouvinte.

Tanto o *Arquivo LdoD* como o *Po-Ex.net* servem como plataforma de diversas atividades tais como *workshops* e performances,²⁹ pelo que, baseados no trabalho conjunto efetuado por designers, programadores, artistas, escolas e investigadores de diversas áreas, estes extrapolam o meio académico para criar elos entre universidade e comunidade ou entre ciência e arte. Fazendo uso do acesso aberto, o arquivo torna-se num local de partilha de conhecimento e criação colaborativa.

Conclusão

Como foi possível verificar, ambos os arquivos fazem uso da tecnologia digital e do acesso aberto para partilharem com os seus leitores os inúmeros materiais recolhidos e tratados pelas suas equipas de investigação. Ambos permitem a recombinação desses materiais para garantirem uma constante renovação, convidando a refletir sobre o conceito de arquivo numa era digital (ou pós-digital). Sendo assim, de acordo com os presentes arquivos, a edição arquivística não se resume apenas a métodos de catalogação, indexação ou digitalização de materiais, mas também a um processo de reconfiguração e questionamento teórico, em que investigação e criação artística se tornam indiscerníveis. O trabalho de recolha de materiais e de estruturação do arquivo surge desta forma aliado a práticas criativas que garantem a extensão do arquivo para além da sua função de repositório ou base de dados. Tudo isto é possibilitado pela tecnologia digital que,

²⁹ A performance "Pessoa lê o Algoritmo" e o workshop "Oficina Remix LdoD", organizadas em torno do *Arquivo LdoD*, podem ser conhecidos aqui: <https://matlit.wordpress.com/2018/06/01/pessoa-le-o-algoritmo/> e aqui <https://matlit.wordpress.com/2019/11/23/oficina-remix-ldod/>.

recorrendo a uma rede de computadores e a uma capacidade de armazenamento de informação acrescida, multiplicam as potencialidades do arquivo. Simultaneamente, o utilizador torna-se no colaborador de um programa de revitalização que se estende do ecrã à sala de aula e ao palco.

REFERÊNCIAS

AUTHORS GUILD. Authors Guild V. Google. *Authors Guild*, 2021.

Disponível em: <https://www.authorsguild.org/where-we-stand/authors-guild-v-google/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BOAI. Read the Declaration. *Budapest Open Access Initiative*, 2002.

Disponível em:

<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BOAI. Ten years on from the Budapest Open Access Initiative:

setting the default to open. BOAI 10. Prologue: The Budapest

Open Access Initiative after 10 year. *Budapest Open Access*

Initiative, 2012. Disponível em:

<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BOAI. BOAI15 Survey Results. *Budapest Open Access Initiative*,

2018 Disponível em: <https://osf.io/znf2w/download/>. Acesso em:

30 de setembro de 2024.

MENDEZ, Eva et al. Progress on Open Science: Towards a Shared

Research Knowledge System. Final Report of the Open Science

Policy Platform. *Comissão Europeia*, 2020. Disponível em:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/->

/publication/d36f8071-99bd-11ea-aac4-01aa75ed71a1. Acesso em: 14 jun. 2024.

CREATIVE COMMONS. Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). *Creative Commons*, 2021. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>, 2021. Acesso em: 14 jun. 2024.

DERRIDA, Jacques. *Mal d'Archive. Une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995.

DGLAB. Arquivos. *Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas*, 2021. Disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GUÉDON, J. Open Access: Toward the Internet of the Mind. *Budapest Open Access Initiative*, 2017. Disponível em https://openaccessprod.wpengine.com/wp-content/uploads/Guedon_BOAI15_FINAL.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

HARNAD, S. Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry. *Psychological Science*, v. 1, n. 6, p. 342-343, 1990.

KOTOWICZ, A. Alunos sem computador são mais do que se pensa. Nas escolas públicas, quase um terço dos alunos do ensino básico não tem equipamento. *Observador*, Lisboa, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/04/15/alunos-sem-computador-sao-mais-do-que-se-pensa-nas-escolas-publicas-quase-um-terco-dos-alunos-do-ensino-basico-nao-tem-equipamento/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

LESSIG, L. *Free Culture. How Big Media Uses Technology and the Law to Lock Down Culture and Control Creativity*. New York: The Penguin Press, 2004.

LESSIG, L. *REMIX. Making Art and Commerce Thrive in the Hybrid Economy*. London: Bloomsbury, 2008.

MADURO, D. C. Ser a página de um livro: Bernardo Soares como personagem e livro. *Revista de Estudos Literários*, v. 5, p. 491–527, 2015. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/4308/3686>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MAX PLANCK SOCIETY. Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. *Max Planck Society*, 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MCTES. Ciência Aberta. Conhecimento para Todos. *Arquivo.pt*, 2016. Disponível em: https://arquivo.pt/wayback/20181013060912mp_/https://www.portugal.gov.pt/media/18506199/20160210-mctes-ciencia-aberta.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos: Decreto-Lei n.º 63/85. *Diário da República Eletrónico* [Diário da República n.º 61/1985, Série I de 1985-03-14], 2022. Disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1985-34475475>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ONU. Metade dos alunos fora da escola não tem computador em casa. *ONU News*, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1711192>. Acesso em: 14 jun. 2024.

OPEN ACCESS MOVEMENT. What is Open Access?. *Open Access*, 2021. Disponível em: <https://www.openaccess.nl/en/what-is-open-access>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PINFIELD, S.; WAKELING, S.; BAWDEN, D; ROBINSON L. (eds.). *Open Access in Theory and Practice: The Theory-Practice Relationship and Openness*. New York: Routledge, 2020.

PORTELA, M. O Arquivo LdoD e a biblioteca digital. In: BERNARDES, J. A. C.; MIGUÉIS, A. M. E.; FERREIRA, C. A. S. (Eds.) *A biblioteca da Universidade: permanências e metamorfoses*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 239–258. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/36971>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PORTELA, M.; RITO SILVA, A. A dinâmica entre arquivo e edição no Arquivo LdoD. *Revista Colóquio/Letras*, v. 188, p. 33–47, 2015.

PORTELA, M.; RITO SILVA, A. (Eds.). *Arquivo LdoD: Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://ldod.uc.pt>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PRESNER, T. *et al.* The Digital Humanities Manifesto 2.0. In: PRESTNER, T. *Blog Humanities Blast: Engaged Digital Humanities Scholarship*. Los Angeles, 2009. Disponível em: https://www.humanitiesblast.com/manifesto/Manifesto_V2.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

QUEIRÓS, L. M. Um arquivo digital do *Livro do Desassossego* para ler e mexer. *Público*, Lisboa, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/12/14/culturaipsilon/noticia/um-arquivo-digital-do-livro-do-desassossego-para-ler-e-mexer-1795920>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RODRIGUES, E. O acesso aberto e o futuro da investigação e comunicação científica. In: BERNARDES, J. A. C.; MIGUÉIS, A. M. E.; FERREIRA, C. A. S. (Eds.) *A biblioteca da Universidade: permanências e metamorfoses*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 207–228. Disponível em:

<https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/69667>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SIMÕES, J. G. *Fernando Pessoa: breve história da sua vida e da sua obra seguida de Fernando Pessoa perante Bernardo Soares*. Lisboa: Difel, 1983.

SINGH, G. *The Death of Web 2.0. Ethics, Connectivity and Recognition in the Twenty-First Century*. London e New York: Routledge, 2019.

SUBER, P. *Open access*. Cambridge e London: The MIT Press, 2012.

TORRES, R. *Po-ex.net – Arquivo Digital da Literatura Experimental Portuguesa*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013. Disponível em: <https://po-ex.net/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

TORRES, R.; PORTELA, M.; SEQUEIRA, M. C. C. B. Methodological Rationale for the Taxonomy of the PO.EX Digital Archive. In: CORNIS POPE, M. *New Literary Hybrids in the Age of Multimedia Expression. Crossing borders, crossing genres*. Amsterdam and New York: John Benjamins Publishing Company, 2014, p. 42–55.

TORRES, R.; Seíça, A. O experimentalismo como invenção, transgressão e metamorfose. A Po.Ex revisitada através de *Po-Ex.net*. *Revista Colóquio/Letras*, v. 193, p. 9–17, 2016.

UNESCO. UNESCO Recommendation on Open Science. UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>. Acesso em: 14 dez. 2024.

NOTAS DE AUTORIA

Daniela Maduro (cortesmaduro@hotmail.com): é mestre em Estudos Anglo-Americanos (Universidade de Coimbra) e em Estudos Editoriais (Universidade de Aveiro). Doutorada em Materialidades da Literatura (Universidade de Coimbra), tem colaborado com vários arquivos digitais e projetos focados no estudo da narrativa, media digitais, multimodalidade, literatura experimental e literatura electrónica. Foi bolseira de pós-doutoramento na Universidade de Bremen (Marie Skłodowska-Curie Actions), onde desenvolveu um projeto sobre literatura eletrónica. É editora da antologia *Digital Media and Textuality: From Creation to Archiving* (2017) e trabalha no Centro de Literatura Portuguesa (grupo Mediação Digital e Materialidades da Literatura), sediado na Universidade de Coimbra.

Como citar este artigo de acordo com as normas da revista?

MADURO, Daniela. A noção de acesso aberto e arquivo segundo o Arquivo Digital colaborativo do Livro do Desassossego e o Arquivo Digital da PO.EX - Poesia Experimental Portuguesa. *Texto Digital*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 9-40, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 30 set. 2024

Aprovado em: 1º out. 2024